



CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL CIDADÃ NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dalva Simone Strapasson Dias- UFPR¹
Sônia Maria Marchiorato Carneiro- UFPR²

Resumo: A pesquisa, em andamento, tem por finalidade analisar as contribuições de um projeto de Educação Ambiental (EA), denominado “Cidadão Ambiental Mirim”, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente de Colombo-PR, para os anos iniciais do ensino fundamental deste município. O referencial teórico tem como pressuposto básico a importância da formação de um aluno-cidadão comprometido com a sustentabilidade socioambiental da realidade-vida. É uma pesquisa qualitativa de cunho diagnóstico-avaliativo; os dados foram levantados por meio de observações participantes, entrevistas e questionários com professores, coordenadores, diretores e alunos envolvidos e análise documental. O tratamento dos dados embasa-se no método de análise de conteúdos. Os resultados iniciais revelam que o Projeto tem potencial educativo para estimular a formação cidadã dos alunos; a abordagem, porém, dada aos conteúdos nas escolas ainda está na linha de uma EA tradicional-preservacionista, necessitando de orientação teórico-metodológica para o encaminhamento efetivo, em vista da formação cidadã quanto ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental; consciência socioambiental cidadã; ensino fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) prevê a inclusão de nova ética reguladora das relações entre os seres humanos e seu meio, como um bem a ser cuidado e conservado para a humanidade presente e futuras gerações (PARDO-DIAZ, 2002). Nessa perspectiva, a principal finalidade da EA é possibilitar aos sujeitos-alunos desenvolverem valores em torno de uma cidadania responsável para com a realidade socioambiental. Jacobi (2003, p.198) chama a atenção para a relação entre a EA e a cidadania, afirmando que “[...] a EA deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária”.

Desse modo, uma educação para a cidadania socioambiental implica o desenvolvimento dos educandos para agirem criteriosamente em defesa da qualidade de vida,

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal do Paraná.

dalvasimone@yahoo.com.br

²Professora Doutora - Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná. Orientadora da pesquisa. sonmarc@brturbo.com.br

ou seja, comprometer-se pela “[...] conquista de direitos e pela responsabilização dos deveres a um ambiente sadio e sustentável” (DICKMANN, 2010, p. 30).

Neste contexto, emerge a importância do envolvimento da comunidade escolar com a realidade local, em vista da formação de cidadãos engajados na transformação das relações da sociedade com seu ambiente de vida, sob o foco da sustentabilidade socioambiental. Para tanto, conforme Gouvêa (2006), há necessidade de se compreender a EA como um processo educativo permanente e necessário à formação do cidadão, enquanto dimensão essencial da Educação.

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) da Prefeitura Municipal de Colombo-PR realiza campanhas educativas de preservação e conservação do meio natural e de separação do lixo, direcionadas à população em geral, apóia as escolas municipais com materiais informativos quanto a aspectos ambientais deste município e desenvolve projetos relativos ao meio ambiente.

No início de 2010, a equipe de EA propôs à SEMA um projeto piloto que atendesse aos alunos das escolas municipais de Colombo, com a finalidade de “Promover a sensibilização das crianças e de seus pais, bem como demais moradores do entorno das escolas municipais, quanto à importância do cuidado e do respeito ao meio ambiente e sua biodiversidade” (COLOMBO, 2010, p. 01). Este projeto tem como objetivos:

Informar a população colombense, sobre os diferentes programas ambientais existentes no município, com a finalidade de redução e correta separação de resíduos sólidos urbanos e os calendário da coleta seletiva e do lixo comum; Propor dinâmicas de sensibilização e práticas educativas que estimulem a cidadania e o cuidado para com o bairro em que vivem; Instrumentar as crianças para o entendimento das questões ambientais e formação de atitudes de cooperação, responsabilidade e solidariedade em relação às formas de vida existentes no planeta (COLOMBO, 2010, p.01).

Foram convidadas três escolas municipais para participar do projeto e constituírem um grupo de “Educadores Ambientais Mirins” (COLOMBO, 2010, p. 01): a Escola M. Antonio Costa (18 alunos de 4ª. série), a Escola M. Jucondo D’Agostin (35 alunos de 3ª. série e 3ª. ano) e a Escola Rural M. Tiradentes (24 alunos, multiseriada) totalizando 77 alunos e cinco professoras. As escolas urbanas foram escolhidas pela proximidade física com o Viveiro Municipal de Colombo³ e pelo envolvimento com os demais programas ambientais da SEMA;

³ O Viveiro, mantido pela Secretaria de Meio Ambiente, produz mudas de árvores nativas e plantas ornamentais perenes, destinadas a plantios na área rural, recuperação de florestas ciliares, recomposição de

e a Escola Rural M. Tiradentes foi selecionada por ter-se destacado com um projeto semelhante, o Fiscal Mirim, nos anos de 2001 a 2003 – por isso, considerou-se que a experiência desta escola colaboraria com o desenvolvimento do projeto.

A proposta foi apresentada às diretoras das escolas e as mesmas escolheram as turmas para participarem das atividades. Na sequência, o projeto foi apresentado aos alunos, propondo que eles escolhessem um nome para o mesmo; por meio de votação pelos alunos das três escolas, venceu o nome de Cidadão Ambiental Mirim.

Foram previstos encontros mensais com estes alunos a partir do mês de abril de 2010, na escola ou no Viveiro Municipal. A programação do Projeto nas escolas acontece em datas coincidentes às datas comemorativas do calendário ambiental, por determinação da SEMA. Durante os encontros, os professores são orientados pela equipe de EA a partir de conversas e textos de apoio; os temas trabalhados são escolhidos com base nos conteúdos previstos pelas Diretrizes Curriculares Municipais: situação ambiental do município, resíduos sólidos urbanos, recursos hídricos, biodiversidade, crimes ambientais, entre outros. Em cada encontro é dada uma cartilha aos sujeitos participantes do Projeto, denominada Cidadão Ambiental. Tal cartilha é produzida pela equipe da SEMA, trazendo algumas noções conceituais e explicações gerais sobre os temas explorados, propostas de ações conjuntas nos bairros e de atividades lúdicas, como passatempos, caça-palavras e curiosidades. A finalidade de entrega das cartilhas aos alunos e professores é que a mesma seja trabalhada posteriormente nas aulas.

Entre os meses letivos (março a novembro) de 2010 e 2011, foram realizados 12 encontros com as escolas, com duração mínima de 02 horas, tendo como foco de trabalho a apresentação das características do ambiente local aos professores e alunos: flora, fauna, relevo, hidrografia e aspectos do meio natural preservado e degradado. Os temas foram trabalhados por meio de jogos, dramatizações, atividades práticas e aulas de campo, objetivando ao reconhecimento e à reflexão das questões ambientais de Colombo e iniciativas de trabalho conjunto com a comunidade quanto aos problemas levantados.

Ao término do 1º ano letivo em que o projeto foi executado (2010), a equipe de EA retornou às escolas para verificar a intenção dos docentes e equipe técnico-pedagógica quanto à continuidade do Projeto, a qual foi confirmada, dada a colaboração que o mesmo vem propiciando às escolas para o desenvolvimento dos temas ambientais. Dessa maneira, o

cobertura florestal e arborização urbana. A equipe de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente está lotada neste local, onde desenvolve as atividades de EA.

Projeto Cidadão Ambiental Mirim está sendo valorizado na comunidade escolar, além de ser um trabalho da SEMA que se difere dos outros projetos, no sentido de ser desenvolvido diretamente com a escola e tratando de aspectos e problemas de relevância local. E nessa perspectiva, o projeto atende a um dos princípios básicos da EA, segundo a Lei 9795/99 – que instituiu a Política Nacional da Educação Ambiental – em seu artigo 4º, inciso VII: a abordagem da EA articulada com as questões ambientais locais.

Verificam-se vários indicadores da fragilidade socioambiental dos lugares onde as três escolas estão situadas: nos entornos da Escola M. Antonio Costa ocorrem atividades altamente impactantes, com a exploração industrial de calcário e que resultam em problemas de saúde humana e de outros seres e na destruição do patrimônio espeleológico; já nos arredores da Escola Rural M. Tiradentes, a agricultura convencional, pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes em áreas de mananciais e de preservação ambiental, gera o desaparecimento de fontes de água e poluição do Aquífero Karst; e nas cercanias da Escola M. Jucondo D'Agostin, a ocupação rápida vem trazendo consequências indesejadas de degradação ambiental – uso e ocupação desordenada do solo, derrubada de áreas verdes e de mata ciliar, assoreamento dos córregos e contaminação dos recursos hídricos –, tanto na paisagem quanto na qualidade de vida da população ali residente.

Portanto, os aspectos socioambientais descritos afetam as condições de vida da população tanto urbana quanto rural. A consciência desses problemas, em vista da superação dos mesmos, demanda uma educação para a cidadania, que defenda um ambiente sadio de vida. É com base nessa perspectiva que uma comunidade terá condições de tomar posição e desenvolver ações que venham a contribuir para superar problemas e assegurar a sustentabilidade dos bens naturais e da própria sociedade. A população colombense precisa ser conscientizada a respeito da fragilidade desses ambientes e da necessidade de protegê-los; precisa solidarizar-se com as pessoas que sofrem com os problemas detectados, pois como afirma Gadotti (2003, p. 61) “[...] a solidariedade, como valor e como necessidade humana, embeleza, humaniza e promove a vida”. Para o autor, “[...] a educação só tem sentido como vida, ela é vida”. Uma educação transformadora e emancipadora precisa ser centrada na vida, precisa considerar as pessoas, suas culturas, respeitar o seu modo e ambiente de vida. Precisa garantir que todos tenham acesso à qualidade de vida (GADOTTI 2003, p. 72).

Diante dessas considerações, a urgência de se tratar a dimensão socioambiental no processo educativo é condição-chave para o enfrentamento dos problemas relativos ao meio ambiente; e a escola não pode ausentar-se dessa discussão, em vista da qualidade do ambiente

e, portanto, do exercício da cidadania socioambiental. Por isso, o desenvolvimento do Projeto de EA, Cidadão Ambiental Mirim, pela SEMA, nas escolas, é de fundamental importância. Com a intenção de enriquecê-lo, busca-se, por meio de uma pesquisa, conhecer com mais profundidade os efeitos do mesmo no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, foi colocada a seguinte questão de pesquisa:

- Como o projeto Cidadão Ambiental Mirim vem contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência socioambiental cidadã pelos sujeitos-alunos, nas séries/anos iniciais do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Colombo?

Para responder essa questão tem-se como objetivo: Analisar as contribuições do projeto Cidadão Ambiental Mirim no desenvolvimento da EA, sob o foco da cidadania, nas práticas escolares das séries/anos iniciais do ensino fundamental, nas escolas envolvidas pelo projeto.

2. DESENVOLVIMENTO

Definidos a questão e objetivo da pesquisa, seguem os itens do referencial teórico e respectivas reflexões sobre os mesmos, que servirão de base orientadora para o desenvolvimento da pesquisa sob o ponto de vista metodológico e da análise e interpretação dos dados.

2.1- Educação Ambiental e a formação cidadã

Enfoca-se nesse primeiro item a importância da EA crítica como estratégia prioritária na formação de sujeitos conscientes e atuantes frente às questões socioambientais, contribuindo para o desenvolvimento do exercício da cidadania em sentido da transformação sociocultural; isso supõe uma educação que crie espaços participativos, possibilitando o desenvolvimento e a prática de valores éticos (Garcia, 1993). Assim, na medida em que a escola estimule a participação dos alunos na comunidade, estará possibilitando o desenvolvimento da capacidade de respeitar e se fazer respeitar, de escolher e se responsabilizar por suas escolhas, de compreender a fragilidade das ações individuais e a força do coletivo. Portanto, este exercício de comprometimento com a comunidade é um exercício de cidadania, que tem a ver com o pertencimento e a identidade numa coletividade.

De acordo com Sacristán (2002, p.148), a educação deve colaborar na construção do cidadão, estimulando nele qualidades necessárias para o exercício ativo e responsável de seu papel, como membro da sociedade:

[...] a racionalidade, a autonomia do pensamento e das virtudes cívicas, o pensamento crítico, a sensibilidade para com os que são diferentes dele, a cooperação, a capacidade de diálogo para resolver conflitos, a compreensão das interdependências em um mundo globalizado, a preocupação com os direitos humanos [...] É uma maneira de construir a democracia [...].

Segundo Souza (2004), ser cidadão é saber pensar e refletir sobre a própria vida, em todos os seus aspectos – político, econômico, cultural, social, ecológico – em âmbitos local e global e ter uma postura respeitosa, solidária e justa nas relações com os outros. Essa forma de ser demanda um processo de construção da consciência cidadã na sensibilização e na capacidade de perceber e sentir o que acontece ao nosso redor e de compreender que, ser cidadão é ter consciência de seus direitos, exigindo o direito de ter direito e se responsabilizando pelos deveres. E, sob esse foco, Baena-Segura (2001) afirma que a cidadania pressupõe a formação de sujeitos ativos, capazes de julgar, escolher e tomar decisões. Para tanto, a formação deve propor o respeito às leis, ao bem público, aos direitos humanos, o sentido de responsabilidade, o reconhecimento da igualdade de todos, o acatamento da vontade da maioria, respeitando-se os direitos das minorias e o respeito a todas as formas de vida.

Nesse contexto está a cidadania ambiental, que busca estreitar as relações entre a sociedade e a natureza. Amparada em questionamentos socioambientais, visa a reconfigurar a cidadania em nível global, por meio de uma mudança cultural; implica um relacionamento estreito com as condições de vida dos cidadãos, com as suas necessidades e bem estar. Deste modo, “[...] induz reflexões no sentido de uma progressiva aproximação do social e do natural, do homem e do ambiente, do local e do global, do pessoal e do público [...], do desenvolvimento sustentável e do conhecimento sustentável, do técnico e do cotidiano” (SANTOS, 2005, p. 76).

Para Nogueira (2009, p. 85), essa possibilidade de viver na sociedade e intervir nela envolve novas relações entre as instituições e as pessoas, sob o ponto de vista de uma “[...] gestão cidadã, ou seja, solidária, justa, humana, prudente do espaço social [...]”. Este sentimento de cidadania, portanto, relaciona-se com as questões de democracia, de ambiente, de conhecimento e desenvolvimento voltadas para a sustentabilidade socioambiental.

Se pretendermos que a EA, como dimensão da educação escolar, contribua para a formação do sujeito-aluno cidadão, precisamos compreender que “[...] o homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre o seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, pronto a intervir na realidade para mudá-la.” (FREIRE, 1980, p. 35). Isso demanda a construção de uma nova forma de existência no Planeta, implicando o conhecimento sobre a escola, o bairro, a cidade e, daí, aprender como podemos transformá-los num lugar de vida comunitária, em que a corresponsabilidade pela criação da “vida que se vive” seja construída solidária e democraticamente. (GADOTTI, 2010, p. 08).

2.2 A formação da cidadania socioambiental com a criança

A aprendizagem da cidadania inicia-se na infância, devendo continuar por toda a vida – o que exige, dos educadores, um compromisso efetivo com uma educação integral, dialógica, democrática e engajada com a realidade local onde está inserida a escola, em vista de um mundo humanizado, em que os sujeitos tenham como princípios referenciais o respeito, a solidariedade, a tolerância, a justiça, enfim, o amor a si próprio e às múltiplas formas de vida.

Sob esta ótica, destaca-se o papel da EA no processo educativo, como um ciclo contínuo de conhecimentos e aprendizagem das questões relativas ao meio ambiente, que se evidencia desde a primeira etapa da escolarização. A importância dessa dimensão educativa no desenvolvimento das crianças em atitudes cidadãs responsáveis de cuidado para com o meio onde vivem, desperta nelas o interesse de protegê-lo, em vista da qualidade de vida de todos os seres. É papel da escola contribuir para que as crianças, a partir do conhecimento, cresçam na vivência de valores, para que se criem possibilidades de uma vida adulta baseada na solidariedade, na cooperação, na responsabilidade e na honestidade (BARCELOS, 2009). Esta visão de educação escolar é reafirmada pelos PCN (1997, p. 29):

[...] a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente na escola é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que [...] a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos

A partir dos anos iniciais, as crianças – sujeitos em formação – devem começar a refletir sobre as questões socioambientais, especialmente em relação com sua realidade local, analisando, com base em seu nível de ensino, aquilo que é benéfico ou prejudicial ao meio ambiente, as interações e interdependências dos elementos do meio, as causas e conseqüências dos problemas socioambientais, assim como as possíveis alternativas de soluções para prevenir e superar problemas.

Para Santos (2005, p. 108), a principal frente social da educação cidadã é a EA; a autora atribui à EA a competência de “[...] converter diferentes oportunidades em experiências educativas para o cidadão [...]”, facilitando informações, ajudando-o a criar opiniões e impulsionando a tomada de decisões e a participação ativa na gestão dos recursos comunitários. Assim, a educação cidadã precisa alcançar todos os indivíduos, porém com estratégias diversas, visto que a compreensão dos problemas ambientais é diferente em cada uma das idades. Entretanto, “[...] o processo de aprendizagem da cidadania requer uma educação para a vida democrática que não se restringe ao tempo nem ao espaço escolares.” (SANTOS, 2005, p. 109). No intuito de orientar o desenvolvimento destas questões, dando sentido à análise teórica e às aplicações práticas, a autora desenvolveu uma “matriz educativa orientadora”, em que propõe uma construção dialética para aprender cidadania sob três aspectos – educação **em** cidadania, educação **pela** cidadania e educação **para** a cidadania:

- **Educação em Cidadania:** relaciona-se à promoção da informação, clarificando conceitos sobre cidadania e, com isso, possibilitando ao sujeito a capacidade de se pronunciar sobre os principais temas pertinentes a essa questão. Implica o conhecimento e a reflexão sobre valores, princípios éticos, direitos humanos, paz, tolerância e solidariedade: é necessário que o educando entenda o sentido e o propósito de tal conhecimento em relação às necessidades e experiências socioculturais, por meio de atividades vivenciadas na escola, na comunidade e nos locais de vida;

- **Educar pela cidadania:** corresponde a uma abordagem experiencial, ou seja, a construção da cidadania através de atividades concretas. O educando aprende por meio de experiências dentro e fora da escola, participando ativamente da vida comunitária, em diferentes contextos: familiares, públicos, de trabalho e de lazer, num clima que propicie a pesquisa e avaliação de diferentes soluções para os problemas; aprende a valorizar os sentimentos, as crenças e os valores implicados no “saber”, no “saber-fazer” e no “saber-ser”: “Aprende-se a participação cidadã – o direito de agir, de pensar, de deliberar, de valorar, de participação na elaboração de regras, de contribuir para o debate, vivendo situações em espaços decisoriais de direitos

iguais para todos.” (SANTOS, 2005, p. 113). Portanto, educar pela cidadania implica tornar os espaços públicos locais privilegiados de participação comunitária;

- **Educação para a cidadania:** desenvolve “o pensar como cidadão”, tendo como objetivo possibilitar ao educandos desenvolver conhecimentos e compreensões, competências, valores, atitudes e disposições que os capacitem para as responsabilidades que assumirão em sua vida adulta. Tal educação tem por essência a construção da cidadania como valor. As estratégias práticas convergem no esforço para “fazer interagir” o desenvolvimento de competências do domínio cognitivo com o desenvolvimento de outras competências, como: da capacidade cívica, de intervenção social e de natureza afetiva. (SANTOS, 2005, p. 117).

Essa orientação de formação cidadã reafirma a construção da cidadania sob o foco da democracia e dos direitos humanos. Neste sentido, conforme Silva e Tavares (2011, p. 16), “[...] a cidadania ativa surge como ponto de apoio em um possível ciclo de avanços democráticos e de respeito aos direitos humanos”. Esta formação, de caráter permanente, deve desenvolver-se em todos os espaços educativos: na família, na escola, nas instituições públicas e privadas, nas entidades religiosas, nas associações etc.; e iniciar-se nos primeiros anos de vida do ser humano, possibilitando “[...] o exercício contínuo da cidadania, da apreensão dos conteúdos acumulados historicamente sobre os direitos humanos e dos valores primordiais da defesa da democracia e da justiça social [...]”. Estes conteúdos devem ter conexão com o cotidiano das pessoas e a sua realidade socioambiental; e a apreensão desses conteúdos possibilita-lhes o desenvolvimento de ações que assegurem uma vida digna de cidadãos conscientes da realidade.

2.3- Projetos de Educação Ambiental: problemas socioambientais da comunidade

As questões do meio ambiente na escola devem ser problematizadas a partir do contexto de vida dos sujeitos-alunos, enquanto espaço sócio-pedagógico que visa à formação cidadã dos educandos; portanto, é fundamental que as questões socioambientais relevantes do entorno da escola sejam discutidas na escola, favorecendo a problematização da realidade. Sob esse foco, traz-se a importância dos projetos de EA que articulem a prática escolar com os problemas da comunidade, buscando o conhecimento, a reflexão e a ação concreta sobre o ambiente em que se vive.

A Metodologia de Projetos é uma estratégia pedagógica importante no desenvolvimento das questões socioambientais, enquanto uma atividade-ponte, que conecta o

diálogo entre o cotidiano escolar e seu entorno – ambientes de vida. Para Carvalho (2004-b, p. 02-03), os projetos oportunizam

[...] uma melhor compreensão cognitiva advinda da contextualização dos conteúdos, a formação de uma sensibilidade política e de valores humanos que contribuem no desenvolvimento de um sujeito cidadão, capaz de compreender e posicionar-se face à realidade em que vive.

Além disso, os projetos facilitam um trabalho interdisciplinar, isto é, um novo modo de organizar e produzir conhecimentos, envolvendo conexões entre “[...] os conhecimentos disciplinares e o diálogo dos saberes especializados com saberes não-científicos.” (CARVALHO, 2004-a, p. 121). Dessa forma, busca-se superar a visão fragmentada do conhecimento em direção a uma abordagem relacional da realidade ambiente, corroborando a compreensão da complexidade das inter-relações e interdependências dos fenômenos naturais e sociais e entre eles (CARVALHO, 1998). Nessa perspectiva, uma prática educativa interdisciplinar implica novos modos de ensinar e aprender, bem como de organizar as instituições de ensino; portanto, tal encaminhamento curricular exige, do professor e da escola, abertura para mudanças, como: a construção de novas metodologias, a reestruturação dos temas e dos conteúdos curriculares e a organização de equipes de professores que integrem diferentes áreas do saber.

Sob essa ótica, segundo Alvarez Leite (1996, p. 02), o trabalho com Projetos re-significa o espaço escolar, transformando-o num “[...] espaço vivo de interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões [...]”. Tal metodologia traz uma perspectiva de entendimento dos processos de ensino e de aprendizagem, pelos quais o conhecimento é construído em estreita relação com o contexto de vida dos sujeitos-alunos e, nesse sentido, é “[...] impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo [...]”; ou seja, conhecer e agir na realidade não estão dissociados:

ao participar de um projeto, o aluno está envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento está integrado às práticas vividas. Esse aluno deixa de ser [...] apenas um aprendiz do conteúdo de uma área de conhecimento qualquer. É um ser humano que está desenvolvendo uma atividade complexa e que nesse processo está se apropriando, ao mesmo tempo, de um determinado objeto do conhecimento cultural e se formando como sujeito cultural.

Assim, os projetos de EA corroboram a interação com a comunidade, que é o lugar de vivência, onde as pessoas crescem juntas, relacionam-se, confraternizam e se organizam

em função de seus interesses e ideais; conforme Carvalho (2002, p. 93-94), cada comunidade possui uma realidade única, rica de significados e vivências diferentes. É esta interação social, vivida no interior de cada comunidade, que caracteriza a “dinâmica comunitária”, implicada na troca de ações, idéias, opiniões, influências e sentimentos entre seus membros; nessa dinâmica estão todos os “[...] processos ativos e naturais [da] vida comunitária, tanto aqueles relacionados com fenômenos construtivos e mantenedores da comunidade, quanto os que se referem aos fenômenos desagregatórios das mesmas.” Nesse contexto está a questão socioambiental, relacionada tanto aos fatores geográficos naturais (clima, vegetação, solo, relevo, hidrografia), quanto aos fatores sociais, econômicos, culturais – impondo limites e criando oportunidades.

Aqui se coloca a importância da integração de órgãos ambientais e educacionais, potencializando as ações de mobilização e participação da sociedade nas questões socioambientais e contribuindo para qualificar as práticas pedagógicas, que visem a uma intervenção cidadã no âmbito de decisões pelo bem comum. Além do mais, torna-se viável uma prática interdisciplinar nas instituições, com valorização das diferentes formações dos profissionais, que compartilharão saberes e fazeres, objetivos e valores comuns. Segundo Justen (2006), este entrosamento possibilita aos professores ampliarem sua visão acerca da problemática ambiental por meio de vivências que vão além dos espaços escolares; e aos profissionais técnicos, superarem o ativismo de ações pontuais e imediatistas, pois o envolvimento destes profissionais nos ambientes escolares cria vínculos de pertencimento a um trabalho comum, viabilizando a tomada de decisões compartilhadas e o exercício coletivo de reflexão na ação.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA DE CAMPO

Em vista do objeto de estudo selecionado e objetivo proposto para este trabalho, a modalidade de investigação é qualitativa, em forma de um estudo diagnóstico-avaliativo. Tal metodologia de pesquisa busca compreender os fenômenos estudados em diferentes situações e relações da realidade pesquisada. Conforme Lüdke; André (1986, p. 18), “[...] o estudo qualitativo [...] é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Com base na questão da pesquisa, no objetivo e nos pressupostos teóricos, os dados de campo estão sendo levantados por meio de observações participantes (a pesquisadora como membro

integrante das atividades), entrevistas semi-estruturadas e questionários com professores e observações e entrevistas semi-estruturadas com os alunos envolvidos no projeto e, ainda, análise documental (Projeto Político Pedagógico das escolas, planejamento das escolas, cartilhas produzidas pela equipe da SEMA, proposta do Projeto em foco e registro das atividades dos alunos). A utilização dessas técnicas tem em vista uma melhor compreensão dos fenômenos a serem pesquisados, uma vez que permitirão a investigação do objeto de estudo através de vários processos, buscando-se assim a validade do levantamento de dados (LÜDKE ; ANDRÉ, 1986, p. 25-44; MINAYO, 1994, p. 57-61). O tratamento dos dados embasa-se no método da análise de conteúdos, segundo Bardin (1977), nas seguintes etapas: - pré-análise do material coletado, com leitura global das informações pelas entrevistas e os registros de observação, assim como pelos dados documentais; - exploração dos dados das entrevistas, dos registros das observações e dos documentos escritos, estabelecendo-se categorias de conteúdos temáticos que possibilitam o exame dos significados dos dados levantados; - e análise interpretativa dos dados, com base no referencial teórico e de outras fontes pertinentes – considerando-se, para cada aspecto da pesquisa, o conjunto dos dados.

Alguns resultados iniciais da pesquisa em andamento podem ser apresentados quanto ao Projeto Cidadão Ambiental Mirim: ao término de dois anos letivos as escolas querem a continuidade do Projeto para 2012; tal afirmativa advém do diálogo com as professoras e alunos de 4ª. série⁴, que demonstraram estar satisfeitos com o andamento deste trabalho: “as atividades fazem sentido, tem vida”, “ajudam o professor a trabalhar temas ambientais”, “as vivências facilitam a compreensão dos conteúdos”. Observa-se também que o Projeto Cidadão Ambiental Mirim foi ganhando importância, não só para as escolas, mas para a SEMA, ao longo dos anos de 2010 e 2011, por tratar-se de um projeto que objetiva a apoiar as escolas na compreensão das questões socioambientais locais. Apesar do Projeto enfatizar uma proposta de EA cidadã, a abordagem que está sendo dada aos conteúdos trabalhados nas escolas ainda está na linha de uma EA tradicional-conservacionista, ou seja, naturalista⁵, não atendendo aos próprios objetivos do Projeto, que têm a intenção de estimular a cidadania dos sujeitos-alunos, a partir do entendimento das questões ambientais locais e a formação de

⁴ As escolas participantes do Projeto têm alunos de 4ª séries e 4º anos – razão pela qual permanecem as duas nomenclaturas no texto do presente trabalho. A Lei n.º 11.274/06, que altera a Lei de Diretrizes e Bases, n.º 9.394/96 amplia o período obrigatório de escolarização, passando de 08 anos a uma duração de 09 anos. O município de Colombo implantou o ensino de nove anos a partir do início de 2008, sendo gradativamente alterada a nomenclatura de séries para anos iniciais. No ano de 2011 esteve em curso a última 4ª série.

⁵ Sob tal concepção inicia-se formalmente a EA no Brasil (anos 80), com a preocupação em educar para conservar os recursos naturais, com enfoque restrito à dimensão ecológica da natureza. (PEDRINI, 2002)

atitudes de cuidado, cooperação, responsabilidade e solidariedade para com o meio em sua totalidade (SEMA, 2010, p. 01-02). Também se verifica uma falta de referencial teórico-metodológico por parte dos educadores ambientais desse Projeto para o encaminhamento mais efetivo do mesmo, especialmente em vista dos objetivos propostos no Projeto em torno da formação cidadã relacionada ao meio ambiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesses resultados iniciais cabem algumas considerações indicativas para a melhoria do Projeto:

- o trabalho integrado entre docentes, equipe da SEMA e Secretaria de Educação para planejamento, com acompanhamento das atividades, bem como a orientação aos professores participantes para um entendimento referenciado da EA, em vista da cidadania ambiental;

- a integração do projeto Cidadão Ambiental Mirim aos planejamentos escolares, a partir dos interesses da própria escola e em conexão com os problemas socioambientais vivenciados pelos educandos e pelas comunidades dos entornos escolares;

- e a reflexão crítica com os sujeitos-alunos sobre questões do meio ambiente - do local ao global, a partir de diferentes atividades, sob a perspectiva de uma consciência cidadã, em vista da sustentabilidade socioambiental.

Destaca-se, por fim, a importância do Projeto Cidadão Mirim na rede municipal de ensino, enquanto uma atividade que tem potencialidades de colaborar com as escolas quanto à formação da cidadania ambiental dos educandos, em prol de uma vida com qualidade em Colombo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ LEITE, Lúcia Helena. **Pedagogia de projetos**: intervenção no presente. Revista *Presença Pedagógica*. V.2, nº 8, mar./abr, 1996.
Disponível em: www.edufisescolar.files.wordpress.com/ acesso em 23/06/2011.

BAENA -SEGURA, D. S. **Educação ambiental na escola pública**: da curiosidade ingênua a consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2001.

BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental**: Sobre princípios, metodologias e atitudes. 2ª. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. A. Reto; A. Pinheiro. Lisboa: São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abril, 1999.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente; Saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Carvalho, Isabel C.M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental** / Conceitos para se fazer Educação Ambiental. Brasília: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

_____. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004 (a).

_____. A escola como projeto sócio-cultural e os projetos de trabalho na escola.

In: Boletim Vida e natureza, ambiente e cultura. MEC-TV. Programa Salto para o Futuro, TV Escola. 2004 (b).

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak. Ed. 2002.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente. **Projeto Cidadão Ambiental Mirim**. Colombo: SEMA, 2010. 03 p.

DICKMANN, I. **Contribuições do pensamento pedagógico de Paulo Freire para a Educação Socioambiental a partir da obra Pedagogia da Autonomia**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, M. **A boniteza de um sonho: ensinar- e- aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

_____. **A Carta da Terra na educação**. - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GARCIA, Regina L. **Educação Ambiental – Uma questão mal colocada.** In: Caderno CEDES, Campinas, n.29, p.31-37, 1993.

GOUVÊA, Giana Raquel Rosa. **Rumos da formação de professores para a EA.** In: Educar, Curitiba, n.27, p.163-179, 2006. Editora UFPR.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, março. 2003.

JUSTEN, Liana M. **Trajetórias de um grupo interinstitucional em um programa de formação de educadores ambientais no estado do Paraná (1997.2002).** In: Educar em Revista, nº 27 jan/jun de 2006. Editora da UFPR.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Valdir. **Educação geográfica e formação da consciência espacial cidadã no ensino fundamental: sujeitos, saberes e práticas.** Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná

PARDO DIAZ, Alberto. **Educação Ambiental como Projeto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEDRINI, A. G. Trajetórias da Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. G. (Org.). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Maria Eduarda V. M. **Que educação? Para que cidadania? Em que escola?** Tomo II: Que Cidadania? Lisboa: Santos-Edu, 2005

SILVA, Aída M. M ; TAVARES, Celma. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos.** In: RBPAAE – v.27, n.1, p. 13-24, jan./abr. 2011. Disponível em www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/5.pdf - acesso em 10/07/2011.

SOUZA, Duílio D. Combate ao racismo: compromissos e ações propositivas. In. PINSKY, Jaime. **Práticas de Cidadania.** São Paulo, Contexto, 2004.